

O INCONSCIENTE É O SOCIAL

A fórmula de Lacan "l'inconscient c'est le social" permite escutar que o complexo de Édipo não é o único que organiza a nossa subjetividade, pondo à prova, por meio deste ato, a própria clínica psicanalítica. Uma das consequências que podemos ler disso é que a família não seria a única determinação do nosso destino como sujeito. Os psicanalistas, portanto, não têm de limitar sua responsabilidade à esfera familiar: deveriam levar em conta o campo social, também, para dar conta disso que afeta o sujeito dividido pela linguagem e preso aos discursos (do amo, da histórica, do universitário, do analista e do capitalista) enodados no sujeito de um modo singular, particular e contingente, em tensão com o universal, o extenso e o necessário.

Lacan, com esta fórmula "l'inconscient c'est le social", sai para confrontar mais uma vez o eu forte da ego-psychology, que reduz e confunde o sujeito com o *ego*; e não qualquer *ego*, mas o ego como síntese virtuosa entre o organismo com suas pulsões de um lado, e a sociedade com sua feliz realidade de mercado do outro; ego construído ideologicamente pela ciência que, com a pretensão de 'tudo saber' do discurso universitário, reduz a constelação subjetiva apenas às medidas imaginariamente exatas da realidade descrita pelo conhecimento científico em sua resposta ao amo moderno, quer dizer, ao capitalista. Este acessório que o sujeito leva em pessoa – o *ego de ciência, o consumidor consumido* – é o que sub-porta a imagem do outro que ele introjetou na fase do espelho. Tensão radical com o outro, tão fundante quanto estrutural, que determina o roteiro da inclusão do sujeito - sob a forma da socialização - em seu particular in-mundo que cabe viver. In-mundo cuja referência paterna estabeleceu a fronteira entre o simbólico e o real para o sujeito em sua anterioridade lógica ao tempo de discórdia e concórdia (rivalidade e complementaridade) imaginária com o outro especular. Pai que em sua contingência necessária é invocado pela língua da mãe mais como pai humilhado do que como representante dos prestígios da lei, se pretendemos dar conta dos desafios que há tempos nos apresenta a praxe clínica da análise. Com efeito, lemos da nossa clínica que o psicanalista na cura tentará fazer vacilar as certezas do ego, deslocando-as das suas referências imaginárias para seus determinantes reais, abordando o traumatismo não somente em seu caráter privado.

Em primeiro lugar, o que autoriza o analista a se interessar de outro modo por esta questão do social é, sem dúvida alguma, o fato de comprovar que Freud tinha uma concepção, sobre a qual podemos dizer après coup que era a de um inconsciente familiar - edípico. Lacan nos fez reparar em que a descoberta de Freud era consequência pura e simples do fato de que somos parlantes seres – parlêtres –, como ele dizia. Isto leva a ler o inconsciente em um registro mais amplo do que o da família. Nesse sentido, vemo-nos obrigados a enfrentar a mutação atual do laço social, já que as mudanças que operam na intercessão da singularidade subjetiva com o social têm efeitos sobre a construção da subjetividade e, evidentemente, sobre a clínica.

Os psicanalistas não se pronunciaram muito ainda sobre o fato de que agora a função paterna pretenda ser compartilhada entre o pai e a mãe. Por acaso, aquela desigualdade que reconhecíamos ao pai não tinha a propriedade de estabelecer a arbitrariedade do significante Amo que ele é, ou seja a condição do exercício do nosso desejo? O que aconteceria se separássemos a lei da sua relação com o pai? Colocamos esta questão há alguns anos e estamos comprovando os efeitos.

Lacan dizia que o decálogo não era nada mais do que as leis da palavra. Não há qualquer reconciliação possível entra o objeto *a* e o *S barrado*, já que, pelo contrário, o objeto pode emergir só se o sujeito se eclipsar: é o preço da emergência do objeto. E, por outra parte, o sujeito subsiste só com a condição de que o objeto seja perdido. Pelo que não se trata tanto de invocar o pai, nem de desconhecer seu lugar humilhado como sutura possível entre o sujeito e sua condição de objeto. Trata-se da responsabilidade social e política do psicanalista. A leitura de Lacan é um modo de nos introduzir numa ética. No campo da psicanálise, as ocasiões de articular perguntas a propósito de problemas políticos ou de sociedade não faltam. Custou-nos fazer vacilar o limite, pretendido universal, entre o simbólico e o real e o sintoma ilustrado pelo ‘Não’. Deveríamos poder dizer algo disso que fosse localizável, como, por exemplo, a repetição de uma eleição presidencial ou legislativa.

A neutralidade do psicanalista foi vivida como uma retirada da cena pública que o enfraqueceu fortemente. Nos últimos tempos, pelos ataques dos militantes das psicoterapias comportamentais e pela obrigação dos governos de determinar publicamente quem é psicanalista e quem não é. Temos que perceber que devemos tomar posição, fazer valer o que constituem os nossos princípios. As leis da cidade valem para todos. A exigência do ideal de neutralidade é outra coisa. Procede da sublimação e nos inclinaria a renunciar ao nosso desejo, renúncia que nos conduz a nos

sacrificarmos. Pelo contrário, também temos que tomar firmemente posição, que defina, por exemplo, o que escutamos como democracia, embora incomode a alguns.

É, em todo o caso, o que a psicanálise ensina, já que é a esse sujeito eliminado pela Ciência (privado de um direito por prescrição, dizia Lacan, forcluído) que o psicanalista escuta, quando ele retorna em suas queixas e sintomas. E, depois, o que o psicanalista aborda é a verdade como a causa – causa do sofrimento – ali onde certa Ciência exclui o termo, para reduzi-lo à oposição do verdadeiro e o falso.

Com efeito, se a verdade é questionável, é menos por defeito que por estrutura: concerne sempre a uma relação com o Outro no qual estamos totalmente tomados. Quer dizer: uma de suas metades habita nessa outra mesma, e é isso que torna impossível dizê-la toda. Atualmente, é claro que são os discursos amos os que se oferecem como domínio pleno da verdade, ocultando sua dimensão ligada a um dizer, apresentando-a como revelação da coisa em si. E, entretanto, a Ciência que se pretende Amo se revela sustentada por um fantasma de totalização, de universalização, em que uma das conseqüências é mascarar a falta-em-ser, central do falante ser dividido pela linguagem. Enunciando suas fórmulas e evacuando toda divisão, pretende instalar um sujeito puro, sujeito absoluto.

Mas, que tipo de sujeito devemos conceber? O fato simples do inconsciente é que há um discurso que fala em nós sem que tenhamos a menor ideia de sua origem, e que, por sua vez, indica o caráter dividido do sujeito. Às vezes se manifesta nos lapsos, nos chistes, nos atos falhos, nos sonhos. Mais freqüentemente, atua nas armadilhas que preparamos a nós mesmos, sem termos a menor noção das razões pelas quais nos acontecem. E um sujeito dividido não é nenhuma entidade, devemos repeti-lo.

Ao invés, um sujeito com pretensão de absoluto, forcluído do simbólico pela ciência, que ressurgue e inunda o real, apresenta-se como desmentido do que a história moderna mostra, isto é: que não há qualquer homogeneização verdadeira das culturas, porque não há homogeneização entre sistemas simbólicos heterogêneos, mas respostas no real, freqüentemente desconcertantes e, quando não, dramáticas.

A Ciência oscilou para o lado do Amo. Aqueles que querem seu lugar na sociedade a reclamam nos mesmos termos que os que a padecem, o que se qualifica em termos atuais como "é preciso saber se vender" e com "um plus" (capitalizável, preferivelmente). Nesta conjunção de pesadelo e de angústia é que a Ciência ilude, e de nada serve apelar para uma boa vontade, qualquer que seja. O problema é questão de estrutura. Isso que os organizou é causa do discurso e isso mesmo é o que os faz

produzir. Mas a verdade está em outro lugar que não o da produção, e – ainda por cima – rejeitada, e é isso que precisa ser examinado.

A questão depende do que um sujeito pode apreciar dos objetos que o determinam, quer para confirmar-se, quer para desprender-se disso. Então, pensamento sem objeto? Não nos parece: o pensamento não é uma categoria. Lacan dizia que estaria mais para o lado do afeto; é o modo em que padecemos discursos que nos atravessam. E, como todo afeto – de angústia, especialmente –, não é sem objeto, embora este último seja duro de nomear. Assim, na sociedade capitalista se chamará mais-valia, o que socavará todos os plus-de gozar degradados, ou ainda o Soberano-Bem.

Mas estes plus-de-gozar existem em um real cujo embargo nos é impossível, mesmo sendo eles próprios que nos determinem. Então, em uma sociedade sem projeto esses objetos nos conduzem com maior certeza, no mundo, aos piores inconvenientes, por vias reais e sem projetos articuláveis. Eles nos disparam: vozes, olhares, aparências, looks diversos, mídia. O real como tal é apenas efeito dos discursos que o produzem, nos quais estamos totalmente captados. Então qual ação tomar? Pelo menos, situar essa parte de impossível de se demonstrar, que leva consigo todo discurso, esta parte que é seu real, e sem a apreciação da qual nossas ações não valem para atos, senão para quimeras e aparências.

Tudo isto está perfeitamente conforme a atmosfera econômica em que estamos: temor pela sobrevivência, a concorrência desenfreada, as rivalidades extenuantes. O Amo moderno cegado não sabe mais que ele mesmo serve à mais-valia que o comanda. O Amo moderno se incha perdidamente de saber. De todo modo, o saber está ao seu serviço. Basta-lhe que isto funcione. E quanto mais o saber (S2) quer dar-se a conhecer como saber, mais ele confirma o Amo (S1).

Os sujeitos hoje se reproduzem a menor custo para facilitar a circulação dos objetos ready-made de consumo que de fato se tornaram eles mesmos. Trata-se então, completamente, de uma guerra para o controle da distribuição dos lugares no intercâmbio. Lacan dizia: "o inconsciente é o social". Fórmula que pôde golpear os psicanalistas, lembrando-nos que o inconsciente é exterior ao sujeito; é o Discurso do Outro, anônimo, impessoal, que é nenhum sujeito senão uma grande boca que nos governa; entretanto, como não há enunciação coletiva, os enunciados proliferam.

Os sujeitos, então, são tanto mais fragmentados do que administrados por um monstro monobloco, que, sem divisão subjetiva, se faz passar pelo Outro do Outro.

Operação de forclusão do Nome-do-pai, isto é: Verwerfung da castração, próprio do capitalismo; o golpe do Amo (S1) é confirmado e o saber (S2) passa a seu serviço.

O mundo devém sem buraco e tudo deve ser previsto, tanto pela sua extensão quanto pelos fenômenos sociais básicos que gera e pretende medir. De uma parte: trata-se de uma desagregação das modalidades simbólicas que asseguravam nos grupos humanos a transmissão e a geração, garantindo a estabilidade do seu horizonte. Da outra parte – e uma não vai sem a outra – uma elevação da ciência que transporta e conjuga a exigência e a certeza que nos tira toda contingência, que, entretanto, rejeitando o sujeito, faz da certeza o mais contingente dos objetos.

Conjugando a desagregação simbólica e as certezas contingentes da ciência com sua pretensão de tudo-saber, tanto as fraturas generacionais – na micro política familiar – como a governança e a governamentalidade – na política das grandes massas –, mostram-se acentuando a rejeição entre dirigentes e dirigidos, assim como também entre pais e filhos, conduzindo-os a uma posição de autorizar-se só em um discurso – a ciência como um bem comum forma parte disso – que vai invalidar e pôr em curto-circuito os governos: são os Bens que governam, pela promessa de um gozo Outro. Bens do mercado e promessa de Gozo que paradoxalmente fazem com que os responsáveis em administrar sejam eles próprios reduzidos ao estado de marionetes artificialmente animadas. Chegam apenas sob a forma de ideologias unificadoras e unitárias, impondo a multiplicação dos regulamentos, procedimentos de controle, legislações "comuns". Neste caso, fornece a isso só uma resposta quantitativa sobre o modo impossível de um gozo, que deveria ser também compartilhados e idêntico para todos eles.

Quanto ao lugar, esvaziado da verdade, enche-se de uma verdade cuja forma de bem de consumo toma lugar de Amo anônimo de um Tudo cuja tirania nada mais viria a interromper. O corpo dos homens tampouco escapa a isso, do qual cada parte, doravante pode ser desmembrável, transplantável, inclusive fecundável, onde cada um – juridicamente – deve pronunciar o discurso que seu lugar lhe atribui na administração dos bens.

Então, a falta de castração, o objeto, não caído, encarcerado na linguagem o incapacita para o intercâmbio. Entretanto, por falta de corte significativo, atado ao Nome-do-pai, é a decapitação capital o que prevalece: o mesmo que cada um valora de produzir sob a forma de um "plus" é o que põe em suspense o seu discurso. Uma

atualidade sem limites – nem espaciais, nem temporários, nem corporais. É a atualidade de uma completude intolerável.

Assistimos a uma mudança inédita da organização do laço social. Seria a esta subversão sem precedente que podemos atribuir a responsabilidade da perda das balizas à qual assistimos, assim como as dificuldades de reajuste cujos ecos temos sem cessar através das transformações da vida coletiva. Esta mutação inédita do laço social, na medida em que ele foi organizado pela presença, em todos os lugares do sistema, de uma posição de exterioridade, de um lugar de exceção, de uma transcendência. Passamos para um funcionamento coletivo que se emancipou da referência a uma posição de exterioridade ou de transcendência.

Tiremos proveito desta postura para situar nossa mutação inédita: a passagem de uma sociedade hierárquica – consistente, porém incompleta, que gera sua consistência de sua incompletude, do lugar do chefe, do Rei, do presidente, do pai, do estado; em uma palavra: do lugar da exceção – dá lugar a uma organização social que, pelo contrário, anseia pela completude, mas ao preço da inconsistência.

É a emergência de uma geração de pais que não sentem mais a legitimidade de prescrever a seus filhos uma perda de gozo – uma subtração sempre necessária –, pais que se encontram no mal-estar ou na impossibilidade de fazer aceitar em seu filho um limite à sua onipotência. Isto é: dificuldade para sustentar a diferença dos lugares e a irreduzível incompletude. Mas agora parecem ser pais que não se autorizam mais a dizer "Não" a seus filhos; não um "Não" apenas proibidor, mas um "Não" que também autoriza e abre ao possível.

Não há dúvida de que se vemos hoje professores em dificuldades no exercício da sua autoridade ou dos pais em espera do consentimento dos filhos para lhes pôr interditos, é porque o reconhecimento simbólico de sua legitimidade não lhes é espontaneamente fornecido mais pelo social, e isto é por causa desta mudança que indicamos; resta então apenas voltar-se para o reconhecimento totalmente imaginário que vem daqueles aos que é considerado proibir, o que, é claro, coloca alguns problemas.

Por outro lado, do lado das crianças, elas próprias futuros sujeitos, tudo acontece como se, para ancorar o limite, não pudessem mais do que contar com o interdito por chegar desde outra parte outra, sobre a estiva desse "Não!" no social, no Outro do corpo social. É nesse sentido que podemos dizer que o futuro sujeito é abandonado pela carência do social que torna visíveis as condições necessárias do seu funcionamento

Escuela freudiana de Montevideo.

Página 7 de 7

simbólico. O risco, em tal contexto, é que o menino não seja empurrado, nem inspirado a crescer psiquicamente, ainda menos: a ocupar o seu lugar no social como homem ou como mulher.

Podemos então assinalar que a legitimidade de poder se sustenta em uma diferença de lugares e em introduzir a incompletude que não valora o patriarcado, nem o sistema social no qual funcionamos, mas que valora o fato de sermos seres que falamos. O que tem, evidentemente, outras conseqüências, e devemos a Lacan ter reparado nisto: em que o inconsciente freudiano parece ficar em um inconsciente familiar, sendo insuficiente para dar conta das mutações sociais que nos habitam.

Se as conseqüências de tudo que Freud descobriu nada mais são do que conseqüências do fato de sermos uns falantes seres, isto nos restitui a legitimidade para intervir como podemos e devemos a este lugar: lembrar que a diferença dos lugares e a perda de gozo – a incompletude – sempre são plausíveis, embora no sucessivo sejam mais o resultado de um procedimento que deve tirar proveito da interação dos que estão confrontados com isso, ali onde ontem bastava com endossar os costumes da tradição.

Para podermos tomar apoio no reconhecimento coletivo da incompletude e da diferença dos lugares, porque na estrutura é o mesmo nó – esta necessidade da incompletude –, que fundam tanto o aparelho psíquico do sujeito como a vida coletiva. Sem consentimento à perda e à diferença de lugares, em nome do que haveria uma vida coletiva? E se não houver perda, não há possibilidade de singularidade subjetiva, tampouco.

Porque, se for a partir da incompletude que o singular e o coletivo operam, é preciso se tomar medida de que o processo é ordenado de outro modo, ali: no coletivo é um suposto adquirido, enquanto que para o singular é a tarefa da educação de permitir à criança adquiri-lo. Mas quando falta coletivamente o reconhecimento da incompletude, é evidentemente a legitimidade da sua transmissão que se torna a discutir, e é então a própria educação, em sua tarefa específica, que corre perigo de ficar no caminho.

Então, hoje, para nós, trata-se da nossa responsabilidade ética e política como psicanalistas, também no social.